



**Obra publicada pela
Universidade Federal de Pelotas**

Reitor: Prof. Antonio Cesar G. Borges
Vice-Reitor: Prof. Telmo Pagana
Xavier

Pró-Reitor de Extensão e Cultura:

Prof. Vitor Hugo Borba Manzke

Pró-Reitor de Graduação: Prof. Eliana Póvoas Brito

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação: Prof. Manoel de
Souza Maia

Pró-Reitor Administrativo: Francisco Carlos Gomes
Luzzardi

Pró-Reitor de Planejamento e Desenvolvimento: Prof. Élio
Paulo Zonta

Diretor da Editora e Gráfica Universitária: Prof. Volmar
Geraldo da Silva Nunes

CONSELHO EDITORIAL

Prof. Dr. Antonio Jorge Amaral Bezerra

Prof. Dr. Elomar Antonio Callegaro Tambara

Prof. Dra. Isabel Porto Nogueira

Prof. Dr. José Justino Faleiros

Profa. Lígia Antunes Leivas

Profa. Dra. Neusa Mariza Leite Rodrigues Felix

Prof. Dr. Renato Luiz Mello Varoto

Prof. Ms. Valter Eliogabalos Azambuja

Prof. Dr. Volmar Geraldo Nunes

Prof. Dr. Wilson Marcelino Miranda

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS

Diretor: Prof. Dr. Fábio Vergara Cerqueira

Vice-Diretor: Prof. Dr. Jabr Hussein Deeb Haj Omar

NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA

Coordenadora:

Profª Dra. Beatriz Ana Loner

Membros do NDH:

Prof. Dr. Adhemar Lourenço da Silva Jr.

Profª Dra. Beatriz Ana Loner

Profª Dra. Lorena Almeida Gill

Prof. Ms. Mario Osorio Magalhães

Prof. Dr. Paulo Ricardo Pezat

Técnicos Administrativos:

- Paulo Luiz Crizel Koschier

- Ivoni Fuentes Motta

HISTÓRIA EM REVISTA

Publicação do Núcleo de Documentação Histórica

Comissão Editorial:

Profª Dra. Beatriz Ana Loner

Profª Dra. Lorena Almeida Gill

Prof. Dr. Paulo Ricardo Pezat

Conselho Editorial:

Profª Dra. Helga I. Landgraf Piccolo (UFRGS)

Prof. Dr. René Gertz (UFRGS) (PUCRS)

Prof. Ms. Mario Osorio Magalhães (UFPel)

Prof. Dr. Temistocles A. C. Cezar (UFRGS)

Profª. Dra. Beatriz Teixeira Weber (UFSM)

Profª. Dra. Maria Cecília V. e Cruz (UFBA)

Prof. Dr. Marcelo Badaró Mattos (UFF)

Profª. Dra. Joan Bak (Univ. Richmond – USA)

Prof. PhD Pablo Alejandro Pozzi (Universidad de Buenos
Aires).

Editora:

Profª. Dra. Lorena Almeida Gill

Editoração e Capa:

Paulo Luiz Crizel Koschier

Editora e Gráfica Universitária

R Lobo da Costa, 447 – Pelotas, RS – CEP 96010-150 |

Fone/fax: (53)3227 8411

e-mail: editora@ufpel.edu.br

Impresso no Brasil

Edição: 2008

ISSN – 1516-2095

Tiragem: 300 exemplares

Dados de catalogação na fonte:

Ayde Andrade de Oliveira - CRB - 10/864

História em revista / publicação do Núcleo de
Documentação Histórica. Instituto de
Ciências Humanas. Universidade Federal de
Pelotas. v.14, (dez. 2008). – Pelotas: Editora
da UFPel, 2008.
1v.

Anual

ISSN 1516-2095

1. História - Periódicos. I. Núcleo de
Documentação Histórica. Instituto de Ciências
Humanas. Universidade Federal de Pelotas.

CDD 930.005

IMAGEM DA CAPA: Praça Coronel Pedro Osório
(Pelotas/RS), do livro "Rio Grande do Sul: Imagens da
Terra Gaúcha", de Morency do Couto e Silva, 1942
(Acervo da Biblioteca de Ciências Sociais da UFPel).

**Indexada pela base de dados Worldcat
Online Computer Library Center**

**PEDE-SE PERMUTA
WE ASK FOR EXCHANGE**

UFPel/NDH/Instituto de Ciências Humanas

Rua Cel. Alberto Rosa, 154

Pelotas/RS - CEP: 96010-770

Caixa Postal 354

Fone: (53) 3284 – 5523 (r. 204)

Fone/Fax: (53) 3278-6765

<http://www.ufpel.edu.br/ich/ndh>

e-mail: ndh@ufpel.edu.br

REFLEXÕES TEÓRICAS ACERCA DOS PROBLEMAS DE ANÁLISE DO MILITANTISMO OPERÁRIO NA REPÚBLICA VELHA GAÚCHA

Theoretical reflections about the problems of analysis of the worker militancy in the First Republic in Southern Brazil

César Augusto Bubolz Queirós**

*E um fato novo se viu
Que a todos admirava:
O que o operário dizia
Outro operário escutava
E foi assim que o operário
Do edifício em construção
Que sempre dizia "sim"
Começou a dizer "não"
Vinicius de Moraes*

RESUMO: Este artigo tem o objetivo de discutir algumas questões que envolvem a análise do militante e do engajamento sindical e operário durante a Primeira República. Pretende abordar questões referentes à heterogeneidade da classe operária bem como de sua militância e analisar as razões do engajamento político e sindical. Qual a natureza do militante e do engajamento operário? Pretende-se, pois, contribuir no sentido de propiciar uma maior visibilidade às parcelas mais 'invisíveis' do operariado.

PALAVRAS-CHAVE: Greves. Engajamento Sindical. Classe Operária. Primeira República Gaúcha.

Este trabalho tem o objetivo de fazer uma reflexão teórica acerca dos problemas de análise do militante e do engajamento no movimento operário gaúcho durante a República Velha. Não se pretende chegar a conclusões definitivas e sim suscitar problemas que permitam um aprofundamento das discussões sobre este tema. Em um primeiro momento, serão abordadas as questões referentes à heterogeneidade da classe operária, sobretudo no que concerne à divisão entre os operários grevistas – paredistas – e os não grevistas – alcunhados de *carneiros*. Em um segundo momento, serão discutidas algumas questões sobre a natureza do militante operário, destacando a construção de identidades para grevistas e não grevistas, dando origem a uma distinção entre estes grupos que ocupam a mesma posição no

** Doutorando em História no PPGH/UFRGS. E-mail: cesardequeiros@uol.com.br

espaço social. Cabe aqui destacar que, tendo em vista o distanciamento temporal do objeto estudado, é muito difícil reconhecer os verdadeiros motivos que levavam os operários ao engajamento sindical ou não, à adesão às greves ou à continuidade no trabalho e, portanto, as questões aqui levantadas não têm a pretensão de explicar de modo preempatório as razões do militantismo sindical e operário no período.

A Heterogeneidade da Classe Operária: entre Carneiros e Paredistas

A despeito do que afirmava Nietzsche sobre a “história do ponto de vista das massas”, que “somente sob três perspectivas as massas me parecem merecer um olhar: uma vez, como cópias esmaecidas dos grandes homens, impressas em mau papel e com chapas gastas, em seguida como obstáculo contra os grandes e, enfim, como instrumento dos grandes; de resto, leve-a o diabo e a estatística” (NIETZSCHE, 1996, p. 286), os estudos sobre as massas e, sobretudo, sobre a classe operária têm se desenvolvido bastante nas últimas décadas: a história predominantemente política e econômica de caráter ‘oficialesco’ voltada para a perspectiva dos *grandes* passou a ceder espaço à história dos vencidos, cuja “tarefa é escovar a história a contrapelo”.

Entretanto, mesmo com tal avanço temático e teórico, observa-se que a voz destes sujeitos surge-nos de modo tímido, enviesado, sobretudo em função de que a dita cultura popular é intensamente marcada pela oralidade. A oralidade, que caracteriza este tipo de cultura, faz com que os historiadores precisem “servir-se de fontes escritas e, em geral, de autoria de indivíduos, uns mais outros menos, abertamente ligados à cultura dominante. Isso significa que os pensamentos, crenças, esperanças dos camponeses e artesãos [e dos operários, acrescento] do passado chegam até nós através de filtros e intermediários que os deformam” (GINZBURG, 1987, p. 18).

Portanto, as fontes escritas que chegam ao alcance do pesquisador são mediadas por pessoas mais ou menos ligadas à cultura dominante e a grande maioria dos operários e camponeses não nos deixa nenhum registro escrito, uma vez que, como Thompson já salientara em *A Formação da Classe Operária Inglesa*, “as maiorias sem linguagem articulada, por definição, deixam pouco registro de seus pensamentos” (THOMPSON, 1987, p. 57). Isso conduz o historiador – sobretudo aquele que pesquisa a classe operária – a trilhar o caminho que suas fontes permitem, ou seja, o caminho que leva ao movimento operário organizado, institucionalizado, ao mundo dos sindicatos, dos partidos, das federações e de seus líderes. Esta abordagem acaba por privilegiar um grupo restrito dentro da classe operária – o de suas lideranças – o que pode

levar o historiador a incorrer em generalizações como a de tomar o conjunto da classe apenas por intermédio de seus líderes. Silva Jr. (1995, p. 79) já salientara com propriedade que “as lideranças operárias, mesmo as anarquistas, estão também ‘em cima’ – onde, como de costume, os pesquisadores colocam apenas a classe dominante e/ou o Estado”. Esta concepção induz a uma apropriação estática das relações de produção e proporciona o que Thompson (1979, p. 35) chama de uma ‘política de substituição’ na qual a classe é substituída por suas lideranças, uma “vanguardia que sabe mejor que la clase misma cuáles deben ser los verdaderos intereses (y conciencia) de ésta”. Muitas vezes, estas lideranças nem sequer pertenciam à classe operária e sim a camadas médias urbanas. Na greve de 1919 de Porto Alegre um dos principais oradores e articulistas dos jornais era Álvaro Maserá, que era advogado. Segundo Aravanis (2005, p. 107) – que no segundo capítulo de sua tese fez uma breve caracterização da militância gaúcha incluindo algumas notas biográficas sobre alguns dos principais militantes operários – alguns membros da militância operária do estado não eram oriundos da classe operária e sim advogados, intelectuais e jornalistas e que esses membros de ‘fora’ da classe compunham uma minoria com linguagem articulada.

Ocorre, deste modo, uma expropriação da voz (ou de outras vozes) do operariado que passa a ser percebido somente por meio de “porta-vozes” da classe, ou como diria Bourdieu (1984, p. 49), o indivíduo recorre à alienação política para escapar da alienação política, ocultando a questão do fetichismo político e, apesar de constituir o grupo, perde o controle sobre o mesmo.

Hobsbawm (1988, p. 18) observa que “a história operária tendeu [...] a identificar-se com a história dos movimentos operários, se não até com a história da ideologia desses movimentos”. E é natural, compreensível que seja assim, uma vez que a maioria dos recursos e registros disponíveis ao historiador está ligada de alguma forma a esse mundo associativo e sindical. Todavia, o referido autor faz o alerta de que “o mundo dos militantes e dos líderes e ideólogos nacionais não era o mesmo mundo da maioria” (1988, p. 253), apontando para o risco de se tomar a classe operária como um todo homogêneo e para possíveis conclusões generalizantes. Contudo, se essa afirmação traz consigo uma reflexão necessária, deve-se considerar que, em grande medida, ambos os “mundos” compartilham de um mesmo universo de representações e práticas cotidianas construído a partir das experiências dos operários no campo do trabalho (e mesmo fora dele), ou seja, de suas vivências de classe. Não se pode pressupor uma homogeneidade entre todos os trabalhadores mas sim compreender que a sua inserção no campo social lhes possibilita uma série de experiências em comum. Neste sentido, “as fontes produzidas pelo movimento operário organizado e qualquer estudo sobre a

militância operária, trazem informações sobre as classes trabalhadoras, ou seja, se a parte não pode ser tomada pelo todo, há na parte elementos do todo” (BATALHA, 1997, p. 94).

Porém, é necessário que se observe que a expressão escrita nos jornais operários é restrita a uma pequena minoria de líderes e que um grande número de operários sequer participa de sindicatos e associações. Não há também uma militância homogênea: existem líderes, militantes e operários que só aparecem nos momentos de afluxo da organização operária. Como afirma Batalha (1997, p. 93), “pretender que exista uma militância operária homogênea é um grave equívoco”. Sobre a heterogeneidade da militância operária, o autor salienta que

Apenas uma minoria chega a escrever nos jornais operários e tem uma atuação que transcende os limites de sua categoria profissional; esses podem ser considerados como as lideranças operárias. Um grupo um pouco maior participa ativamente da vida da categoria, integra direções de associações, assina manifestos, mas raramente escreve sobre sua prática e muito menos produz teoria. O terceiro, e certamente maior grupo, é composto por aqueles que apenas exercem uma militância eventual, que são a base de todas as organizações, que estão presentes nos momentos de ascenso dos movimentos e os abandonam nos momentos de refluxo (1997, p. 93).

Assim, em volta de um núcleo central composto nas diversas associações por uma restrita militância operária – que Hoggart (1973, p. 192, 197) ironicamente definiu como uma “minoria interessada” ou uma “minoria dos salvadores” – gira um corpo de trabalhadores “*flutuantes*” – que não toma parte das decisões políticas das associações, não escreve em suas publicações mas que põe em prática seu engajamento nos momentos de afluxo do movimento operário – e um grupo silencioso, do qual faz parte a maioria dos trabalhadores, que normalmente não participa das greves e não se envolve com as questões dos sindicatos.

Rodrigues (1970, p. 15), em um estudo sobre os trabalhadores de uma grande empresa automobilística de São Paulo em 1963, já problematizava a fraca proporção de sindicalizados e o desinteresse quase total pelas atividades associativas entre os trabalhadores estudados.

Esses trabalhadores, quase invisíveis aos olhos dos pesquisadores, possuíam, porém, uma existência real e nas ocasiões em que ocorriam as greves seguidamente superavam esta invisibilidade uma vez que sua posição de não adesão aos movimentos grevistas causava indignação e contrariedade aos operários militantes pois representava um risco ao sucesso dos movimentos paretistas. Nesses momentos, eles aparecem nos registros históricos seja através dos jornais operários – que os espezinham como sendo os “traidores” da categoria – seja nos processos-crime – que acabavam fazendo

emergir à cena esses trabalhadores sob a forma de vítimas ou agressores, quando ocorriam conflitos entre grevistas e não grevistas. Tal situação desencadeava uma relação conflituosa entre grevistas e não grevistas, provocando a ocorrência de diversas violências – deliberadas ou não – entre estas duas parcelas do operariado. Ocorriam, pois, desde violências desencadeadas por rivalidades pessoais e potencializadas pela postura antagonica nos momentos de greve – onde colegas de serviço, que compartilhavam das mesmas durezas cotidianas da vida encontravam-se em posições de rivalidade e acabavam levando tais desentendimentos a agressões físicas – até violências deliberadas, instrumentalizadas, utilizadas estrategicamente pelas associações operárias com o intuito de evitar a continuidade do trabalho (QUEIRÓS, p. 2006).

É interessante observar que esta posição de não adesão por parte de um segmento da classe reforça e confere uma certa legitimidade ao patronato ao mesmo tempo em que enfraquece a posição dos grevistas. Quanto maior o número de trabalhadores que não cessam o trabalho, menor será o poder de negociação dos sindicatos e seus delegados. Para Bourdieu (1983, p. 199), “uma das sutilezas da relação de força dominantes/dominados é que nesta luta, os dominantes podem utilizar a luta que ocorre entre os dominados”. Esta luta se corporifica nas relações entre os operários grevistas e os trabalhadores que não aderiam às paredes. A postura de não adesão ao movimento é utilizada pela grande imprensa – de acordo com Bourdieu, representante da esfera ‘dominante’ – com o objetivo de deslegitimar a posição dos paredistas e criar heróis, modelos a serem seguidos pelos operários, referenciais de coragem e honestidade, os quais recusavam-se a seguir as orientações de elementos estrangeiros que estariam abusando da ingenuidade do verdadeiro operário.

Uma greve é um momento no qual as aspirações e necessidades dos trabalhadores são expressas por meio de um instrumento de pressão sobre o patronato a fim de ver suas reivindicações atendidas. E ela só faz sentido enquanto um instrumento de luta política e/ou econômica quando “a re-situamos no campo das lutas do trabalho, estrutura objetiva das relações de força definida pela luta entre trabalhadores, de quem ela constitui a principal arma, e empregadores, juntamente com um terceiro ator – que talvez não seja um – o Estado” (BOURDIEU, 1983, p. 195). A paralisação do trabalho é, portanto, o principal instrumento utilizado pelos trabalhadores para conseguir modificar alguma coisa em suas relações com seus empregadores – ou com o Estado. Uma greve consiste “na cessação coletiva, combinada e voluntária do trabalho, por iniciativa dos trabalhadores rompendo a relação funcional habitual entre patrão e empregado, com o objetivo de terem atendidas

reivindicações não satisfeitas” (CASTRO, 1986, p. 13), sendo portanto um instrumento de luta e pressão dos operários sobre o patronato, seja no sentido de verem algumas reivindicações atendidas ou no de promover uma revolução social que vise a transformação da sociedade. Lênin (1980, p. 132) afirmava que “durante uma greve, o operário proclama em voz alta suas reivindicações, lembra aos patrões todos os atropelos de que tem sido vítima, proclama seus direitos, não pensa apenas em si ou no seu salário, mas pensa também em todos os seus companheiros, que abandonaram o trabalho junto com ele e que defendem a causa operária sem medo das provocações”. Podemos lembrar a afirmação de Perrot (1984, p. 9) sobre as greves de que elas são, ao mesmo tempo um meio de pressão e de expressão: pressão, pois são, obviamente, uma forma de pressionar o patronato a melhorar suas condições de trabalho e salário; expressão porque representam um momento de dar visibilidade às angústias e aspirações dos operários.

Neste sentido, a greve exercia o papel de “um instrumento de violência real que tem efeitos simbólicos através da manifestação, da afirmação da coesão do grupo, da ruptura coletiva com a ordem que ela produz” (BOURDIEU, 1983, p. 201). Todavia, esta coesão de grupo era ameaçada pela postura de não adesão por parte de uma significativa parcela dos operários, que opta pela não participação nos movimentos grevistas, colocando em risco as possibilidades de sucesso do mesmo. Esta posição de não adesão por parte de um segmento da classe reforça e confere uma certa legitimidade ao patronato ao mesmo tempo em que enfraquece a posição dos grevistas, representando uma forte ameaça aos interesses dos mesmos. Quanto maior o número de trabalhadores que não cessam o trabalho, menor será o poder de negociação – de pressão – dos sindicatos e de seus delegados. A continuidade do trabalho por parte de um grupo de operários representa um risco que ameaça os êxitos do movimento paredista e essa situação acarretava um antagonismo, um conflito de interesses, que fazia com que companheiros de trabalho se vissem em posições distintas, opondo-se diametralmente. Antes colegas de trabalho e agora rivais, encontravam-se e acabavam levando suas diferenças para fora da esfera em que elas foram produzidas, gerando conflitos e alterações visíveis hoje através de processos-crime que nos mostram a intensidade destas disputas.

Torna-se necessário, pois, para o sucesso do movimento, que estes trabalhadores sejam convencidos/impedidos de continuar o serviço, caso contrário ocorreria uma fragilização da posição de negociação coletiva dos operários grevistas. Do mesmo modo que constróem-se imagens e representações (QUEIRÓS, 2007b) que visavam mobilizar e incentivar os grevistas, conferindo a eles qualidades distintivas, de honra e dignidade, a fim

de estabelecer uma coesão simbólica ao grupo, um sentimento de pertencimento; por oposição, a imagem dos não grevistas era alvo de um conjunto de atributos pejorativos que possuíam o intuito de desqualificá-los moral e socialmente, enfraquecendo e deslegitimando sua postura de não adesão ao movimento. Essas imagens e representações eram instrumentalizadas com esse objetivo: incentivar os grevistas a permanecer na luta e coagir e constranger os operários que continuavam a trabalhar e que, por isso, eram taxados de covardes, carneiros e bêbados, pois “apesar de todas essas calamidades, os operários desprezam os que se afastam de seus companheiros e entram em conchavos com o patrão” (LÊNIN, 1980, p. 134).

Reflexões acerca do Militantismo Operário

Neste sentido, é necessário que se proceda uma reflexão acerca da natureza do militantismo operário. Por que razões uma parcela da classe adere às greves, associa-se aos sindicatos exerce uma militância efetiva enquanto os demais operários permanecem indiferentes a tudo isso? Que motivos teriam esses operários para entrar em greve apesar dos custos inerentes a tal engajamento? Os custos relacionados à decisão de engajar-se (ou não) em um movimento grevista podem ser excessivamente elevados, sobretudo no período analisado neste trabalho onde predomina o privatismo nas relações entre capital e trabalho característico da ortodoxia liberal da República Velha brasileira¹ quando a inexistência de uma legislação trabalhista específica levava a que o operário grevista ficasse totalmente desguarnecido, arriscando-se a ser demitido, podendo ficar sem emprego – inclusive em outros estabelecimentos uma vez que uma das estratégias patronais era justamente a de não empregar trabalhadores grevistas, havendo a produção de “*cadernetas*” que identificavam

¹ Segundo Vianna (1999, 76), na República Velha entre os anos de 1891 e 1919 “segue-se a mais rigorosa e consciente ortodoxia liberal. Com a Constituição [de 1891], isenta-se o mercado de trabalho de influências provenientes da política e da organização social”. O modelo positivista, defendido pelos parlamentares do estado seguia a orientação de promover o privatismo nas relações entre capital e trabalho incentivando as negociações entre patrões e empregados sem recorrer a medidas legislativas. No primeiro capítulo de minha dissertação de mestrado, analisei a postura do PRR em relação à questão social. Essa postura se caracterizava pela condenação à intervenção do Estado na resolução de conflitos sociais através de “*leis compressivas*” destacando o papel de conciliador em “*casos de urgência decisiva*” (QUEIRÓS, 2000, p. 43-61). Fausto (1986, p. 231) também destaca a contrariedade da bancada gaúcha em aprovar alguma regulamentação estatal do campo do trabalho uma vez que “as restrições artificiosas à liberdade individual deveriam ser condenadas e a incorporação dos operários à sociedade seria feita através do processo educativo”. Neste mesmo sentido, Vargas (2004) faz uma análise da posição da bancada gaúcha nas discussões sobre a regulamentação das relações capital/trabalho no terceiro capítulo de seu livro *O trabalho na ordem liberal*.

esses operários – e, nos dias de greve, sem remuneração, o que a tornava sempre uma opção perigosa.

Por que, então, a despeito de tudo, tais trabalhadores aderiam às greves e associavam-se aos sindicatos quando seria muito mais cômodo manter-se afastados e indiferentes? Neste sentido, “o curso racional de ação [...] seria agir independentemente, ficar de braços cruzados e aproveitar os benefícios gerados pela ação de outras pessoas” (PIZZORNO, s/d, p. 372). Essa postura pouparia o indivíduo dos custos do engajamento ao mesmo tempo em que ele usufruiria, do mesmo modo, as retribuições materiais conquistadas por outros uma vez que “você *já* é um membro do sindicato que está negociando um acordo que trará maiores salários para você, mesmo que você não entre em greve [...]” (PIZZORNO, s/d, p. 374). Nesses momentos de greve, portanto, ocorre uma cisão na classe operária, uma nítida distinção entre um grupo de operários que adere às greves e um outro grupo que, apesar de não ter aderido, gozará dos benefícios conquistados pelo movimento grevista – se é que algum resultado será atingido.

Entretanto, o resultado da ação coletiva – em termos de êxito no atendimento das reivindicações – é apenas um elemento a ser considerado neste contexto uma vez que, como afirma Hirschman (1984, p. 272), lutar pelo bem público “não pode ser separado claramente de possuí-lo”. A luta política em torno de uma causa constitui-se por si só em um benefício, uma conversão de signos na qual o que normalmente seria um custo torna-se uma experiência agradável, uma “felicidade pela busca”, uma satisfação decorrente de um pertencimento, de uma pertinência a um grupo onde ocorre uma transformação dos meios – a participação, o uso do que Hirschman (1984, p. 274) chama de “voz” – em um fim em si mesmo.

A participação no movimento grevista possui, portanto, “um valor simbólico” e cria uma identificação entre seus participantes, construindo uma identidade. Essa pertinência torna-se um resultado da ação, uma retribuição imaterial da ação coletiva, e é uma espécie de confirmação de identidade de operário grevista. Segundo Pizzorno (s/d, p. 373), “a participação nessa ação, e não o resultado dela, é necessária para confirmar sua identidade coletiva e a renovada eficácia do círculo de pessoas no âmbito do qual você pode continuar a agir, assim como continuar a ser visto como a mesma pessoa”.

Esta identidade, contudo, pode ou não ser desejada como tal por seus participantes uma vez que a identidade coletiva não é um objetivo que a pessoa tenha procurado conscientemente alcançar, mas é solidificada ao longo do processo da ação conjunta entre as partes envolvidas e cria uma distinção identitária através de seus “efeitos de agregação”. Mendes (2002, p. 504)

salienta que “o indivíduo forma sua identidade não da reprodução pelo idêntico oriunda da socialização familiar, do grupo de amigos, etc., mas sim do ruído social, dos conflitos entre os diferentes agentes e lugares de socialização”. Portanto, as identidades são construídas a partir do confronto com o diferente, com o outro, estabelecendo distinções e atributos que afastam e/ou aproximam. Deste modo, ao mesmo tempo em que a identidade é auto-atribuída através de um conjunto de símbolos que integram indivíduos, são construídas e atribuídas identidades exteriores aos demais grupos, aos diferentes².

Assim, “a formação da identidade modifica o agente individual. É o resultado de um processo que, ao mesmo tempo, dá origem ao sistema de reconhecimento dessa identidade e que, portanto, possui significado para o agente, bem como para o observador” (PIZZORNO, s/d, p. 375).

Deste modo, explicar a participação na ação coletiva através de incentivos seletivos (no sentido olsoniano) coloca a questão de que estes possuem um caráter de benefício individual e que podem ser distribuídos de forma desigual, gerando tensões e conflitos entre esses diferentes interesses – o que poderá atrapalhar a ação coletiva. “Se a ação coletiva durar, só pode ser porque a ação está se tornando um fim em si mesma para as novas identidades que está formando” (PIZZORNO, s/d, p. 375). Portanto, além da busca utilitária por retribuições materiais, vemos que a construção de uma identidade de operário grevista retro-alimenta a ação militante, proporcionando um reconhecimento social e uma retribuição imaterial significativa.

Essas identidades atuam em um círculo de reconhecimento, no qual valores e conceitos são agregados e reconhecidos, promovendo uma distinção em relação ao outro grupo. Ademais, deve-se considerar que a identidade de operário grevista – ou não grevista – é uma entre várias outras que constituem o indivíduo, de modo que as identidades étnicas, raciais, e de gênero são minimizadas para que a identidade classista assuma uma posição de identidade em destaque (*detached identities*) (TILLY, 2004, p. 263). Naquele momento, as características de pertinência que devem ser consideradas são as relacionadas com a posição de classe e com a adesão ou não ao movimento grevista. Em outro trabalho, analisei a instrumentalização das identidades operárias como forma de mobilização dos operários grevistas e estratégia de coerção sobre aqueles que adotavam uma postura de não adesão ao movimento (QUEIRÓS,

² Em sua tese de Doutorado, Bilhão (2005) faz uma análise do processo de construção identitária dos operários porto-alegrenses entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX a partir das relações de reconhecimento, distinção e pela reivindicação de uma memória comum entre os operários.

2007).

Deste modo, definem-se por oposição dois grandes grupos no seio da classe operária: de um lado, os operários militantes ou que nos momentos de ascenso mobilizatório integram os movimentos grevistas; de outro, os operários que se recusam a aderir às greves. É claro que essa divisão – grevistas e não grevistas – é muito flexível e imprecisa, uma vez que um operário pode optar por aderir à greve no curso da mesma ou voltar ao trabalho antes do término da parede ou mesmo aderir em uma ocasião e não participar na seguinte. Pode-se citar, como exemplo dessa afirmação, o caso do operário da Viação Férrea João Guimarães que, segundo testemunhos de seus colegas, havia sido um dos “cabeças da greve” anterior e que, na de 1917, não teria aderido ao movimento, havendo inclusive ferido um operário grevista após uma discussão em um bar (APERGS – Processo nº. 833, p. 75).

Chalhoub (1986, p. 105) já havia identificado uma diferença explícita entre duas concepções sobre a relação patrão e empregado pois, enquanto uma parcela da classe operária se identifica claramente com a defesa dos interesses do patronato, outro segmento da classe revela “uma consciência nítida de que os interesses dos patrões não são os seus”. A coexistência destas duas visões de mundo no ambiente laboral acaba por provocar uma nítida “controvérsia entre trabalhadores que percebem a relação patrão-empregado basicamente como uma relação de cooperação paternalista, e aqueles que a concebem como uma relação conflituosa” (CHALHOUB, 1986, p. 107). Cria-se, assim, por este e outros motivos, uma cisão no seio da classe operária, uma cicatriz que a divide em dois grupos nitidamente antagônicos. É claro que a não adesão de uma parcela considerável dos operários às greves não se explica somente por uma visão de mundo que compreende a relação patrão-empregado como uma ‘relação de cooperação paternalista’ e que outros fatores, como destacou-se anteriormente, influem e interferem nesta tomada de posição.

Para Bourdieu (2003, p. 141), a visão de mundo dos dominados pode ser caracterizada pela imposição do princípio de realidade que se traduz em um profundo realismo, o qual implica uma aceitação tácita de posição e um instinto de conservação socialmente constituído que os leva “a tomarem o mundo social tal como ele é, a aceitarem-no como natural, mais do que a rebelarem-se contra ele, a oporem-lhe possíveis diferentes [...]”. Um realismo que se materializa em uma “pressão conformista”, manifestada em uma descrença generalizada e/ou em uma “aceitação fatalista das coisas como elas são”. Este “profundo realismo” identificado por Bourdieu talvez explique em parte a postura dos operários que não aderiam aos movimentos paredistas, um realismo que acaba resultando em uma resignação/aceitação frente à posição

ocupada no espaço social.

Mas o que explicaria, então, o engajamento dos operários nas greves? Para Bourdieu (1996, p. 138), as condutas humanas são regidas por um certo sentido, não são atitudes disparatadas. Isso não significa dizer que os homens ajam sempre de forma racional e utilitarista e sim que eles sabem reconhecer as disposições incorporadas de um determinado campo e agem de acordo com as regras deste jogo estabelecido. “Eles podem ter condutas razoáveis sem serem racionais; podem ter condutas às quais podemos dar razão [...] sem que essas condutas tenham tido a razão como princípio”. Não haveria, portanto, um ato desinteressado, a menos que houvesse um interesse pelo desinteresse, uma vez que “há tantos tipos de interesse, quanto há campos” e “cada campo, ao se produzir, produz uma forma de interesse que do ponto de vista de um outro campo, pode parecer desinteresse” (BOURDIEU, 1996, p. 149).

Transpondo essas proposições para o tema aqui abordado – ou de nosso *interesse* – as razões do engajamento sindical não podem ser reduzidas à busca por melhorias para o conjunto da classe (uma vez que, como vimos, mesmo não exercendo uma militância efetiva esses resultados poderão ser usufruídos) ou à preferência por determinada ideologia (no caso aqui estudado, o anarquismo exercia uma forte influência ideológica sobre as lideranças do movimento apesar de haver uma clara oposição entre o discurso anarquista das lideranças e as práticas sindicalistas das associações). Se pensarmos em termos de capital simbólico, podemos concluir que mesmo “as ações mais santas poderão ser sempre suspeitas de ter sido inspiradas pela busca do lucro simbólico” (BOURDIEU, 1996, p. 140).

A incorporação das disposições inerentes a um determinado campo social pode produzir um *habitus* desinteressado, em que o interesse econômico seja preterido pelo lucro simbólico em uma economia de bens simbólicos reconhecidos por seus pares. Assim, “por trás da aparência piedosa e virtuosa do desinteresse, há interesses sutis, camuflados” (BOURDIEU, 1996, p. 152). O engajamento sindical, que aparentemente está relacionado a uma postura altruísta e desinteressada em que os interesses coletivos estão acima dos interesses individuais, pode ser visto sob esta perspectiva como um instrumento de acumulação de um certo tipo de capital simbólico relacionado ao prestígio social, ao reconhecimento público e à distinção política. Deste modo, “se o desinteresse é sociologicamente possível, isso só ocorre por meio do encontro entre *habitus* predispostos ao desinteresse e universos nos quais o desinteresse é recompensado” (BOURDIEU, 1996, p. 152).

Conforme Agrikoliansky (2001, p. 29), a maior parte das abordagens e análises sobre o militantismo sindical ou partidário recorrem à hipótese de que

o engajamento político constitui a manifestação das crenças e representações, de normas adquiridas através da socialização que refletem a trajetória e a posição dos indivíduos dentro do espaço social e/ou seu pertencimento a esses grupos sociais. A posição ocupada pelos sujeitos no espaço social acabaria, portanto, exercendo uma forte influência sobre a sua decisão de engajar-se e exercer uma ação coletiva. Entretanto, a despeito dessa perspectiva estrutural representar um primeiro passo necessário, ela não permite compreender as razões pelas quais esses agentes são ativos e não passivos. Não avança no sentido de entender por que alguns agentes, em situações semelhantes, exercem uma militância efetiva, enquanto que outros tornam-se meros espectadores dessa ação. Neste sentido, a lógica militante não poderia ser reduzida a um mero reflexo estrutural ou a um cálculo de caráter utilitário. O autor sugere, então, o uso de uma análise em termos de *carreira* a fim de compreender a operacionalidade dessas disposições incorporadas e do *processus* que induzem à ação coletiva. São implicações múltiplas relacionadas à trajetória biográfica dos sujeitos que permitem uma melhor compreensão de sua ação militante (AGRIKOLIANSKI, 2001, p. 30-31). Apesar de considerar essas implicações múltiplas e a importância de um estudo biográfico para filtrar de um modo mais específico as razões do engajamento sindical, nesse trabalho o distanciamento temporal impede a realização de tal abordagem.

Considerações Finais

Este artigo tratou de abordar dois aspectos acerca do militantismo operário porto-alegrense durante a República Velha: a heterogeneidade da classe operária e, mais especificamente, da militância sindical e as razões do militantismo operário.

No que concerne à heterogeneidade da Militância, discutimos o fato de que a militância operária é constituída de grupos com inserções e intensidades de militância diferentes, ou seja, ao mesmo tempo em que encontramos operários que escreviam nos jornais, proferiam palestras e produziam teoria, havia também grupos com uma militância menos efetiva ou mesmo eventual e episódica, que se resumia à adesão às greves e à participação nos *meetings*. Existe ainda um grande número de operários que não se envolve nas greves, que não se interessa pelas questões do sindicato e que acaba representando uma ameaça ao êxito do movimento, gerando um antagonismo latente entre esses dois grupos nos momentos em que ocorriam as paredes. Assim, apesar de ocupar a mesma posição no espaço social, acabam adotando posturas radicalmente diferentes e excludentes nestes momentos, provocando uma cisão no seio da classe operária e produzindo identidades diferentes dentro do

mesmo grupo social. Portanto, as explicações estruturais não dão conta de explicar este engajamento. As análises que condicionam a militância a uma determinada posição dentro do espaço social e que explicam o não engajamento em termos de falsa consciência geram uma simplificação da realidade social.

De outra parte, este trabalho buscou trazer algumas reflexões acerca das razões do militantismo operário, ou seja, por que motivos alguns operários militavam nos sindicatos, participavam das associações operárias, organizavam ou participavam das greves enquanto outros operários nas mesmas condições não aderiam às greves e não se interessavam pelo sindicato? Por que, apesar dos custos que uma participação no movimento paredista acarretava, com risco de perder o emprego e ficar sem remuneração em uma época caracterizada pela manutenção do privatismo nas relações entre capital e trabalho e pela ortodoxia liberal, trabalhadores enfrentavam esses obstáculos enquanto outros permaneciam no trabalho.

Assim, procurou-se discutir as razões desse militantismo, buscando destacar a questão das retribuições imateriais constituintes de um valor simbólico que tornam-se um benefício imaterial do engajamento. A construção identitária e a pertinência a um determinado círculo de reconhecimento podem auxiliar na compreensão deste engajamento muito mais do que as explicações que tomam as ideologias como predominantes no engajamento ou que consideram a classe como um mero reflexo da estrutura produtiva.

Referências Bibliográficas:

AGRIKOLIANSKI, Eric. *Carrières Militantes et Vocation à la Morale: les militants de la LDH dans les années 1980*. **Revue Française de Science Politique**, 51 (1-2), fev.-avril, 2001, p. 28-57.

ARAVANIS, Evangelia. **O corpo em evidência nas lutas dos operários gaúchos (1890-1917)**. Porto Alegre: UFRGS, 2005. Tese (Doutorado em História).

BATALHA, Cláudio. *Vida Associativa: por uma nova abordagem da história institucional nos estudos do movimento operário*. **Anos 90**. Porto Alegre: UFRGS, dez. 1997. N.º 8, p. 91-99.

BILHÃO, Isabel. **Identidade e Trabalho: análise da construção identitária dos operários porto-alegrenses (1896-1920)**. Porto Alegre: UFRGS, 2005. Tese (Doutorado em História).

BOURDIEU, Pierre. *A Greve e a ação política*. In: **Questões de Sociologia**.

Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983, p. 195-204.

BOURDIEU, Pierre. É possível um ato desinteressado?. In: **Razões Práticas: sobre a teoria da ação**. Campinas: Papirus, 1996, p. 137-156.

BOURDIEU, Pierre. Espaço Social e Gênese das Classes. In: **O Poder Simbólico**. 6ª ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003, p. 126-154.

BOURDIEU, Pierre. La delegation él le feticchisme politique. **Actes de la recherche en sciences sociales**, 1984, n° 52-53, pp. 49-55.

CASTRO, Pedro. **Greve: fatos e significados**. São Paulo: Ática, 1986.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, Lar e Botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

ESTADO do Rio Grande do Sul. APERGS. **Processo Crime nº 833**. Porto Alegre: 1917.

FAUSTO, Boris. **Trabalho Urbano e Conflito Social**. São Paulo: Difel, 1986.

GINZBURG, Carlo. **O Queijo e os Vermes**. São Paulo: Cia das Letras, 1987.

HIRSCHMAN, Albert. **De la Economía a la Política y más allá**. México: Fondo de Cultura Econômica, 1984.

HOBSBAWM, Eric. **Mundos do Trabalho**. 2ªed, Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1988.

HOGGART, Richard. **As Utilizações da Cultura**. Lisboa: Editorial Presença, 1973. vol. II.

LENIN, Vladimir. Sobre as Greves. In: **Obras Escolhidas**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1980.

MENDES, José Manuel Oliveira. O Desafio das Identidades. In: SANTOS, Boaventura de Souza (Org.). **A Globalização e as Ciências Sociais**. São Paulo: Cortez, 2002, p. 501-523.

NIETZSCHE, Friedrich. Da Utilidade e Desvantagem da História para a Vida. **Friedrich Nietzsche: Obras Incompletas**. São Paulo: Nova Cultural, 1996. Coleção Os Pensadores.

PERROT, Michelle. **Jeunesse de la grève**. Paris: Seuil, 1984.

PIZZORNO, Alexandre. Algum tipo diferente de diferença: uma crítica das

teorias da “escolha racional”. In: FOXLEY, A., McPHERSON, M. e O’DONNELL, G. (Orgs.). **Desenvolvimento e Política e Aspirações Sociais: o pensamento de Albert Hirschman**. São Paulo: Vértice, Editora da Revista dos Tribunais, 1988, p. 368-392.

QUEIRÓS, César Augusto B.. **O Governo do Partido Republicano Rio-Grandense e a Questão Social (1895-1919)**. Porto Alegre: UFRGS, 2000.

QUEIRÓS, César Augusto. Cultura e identidade(s): as disputas simbólicas sobre a identidade operária na Primeira República. **Mouseion: Revista Eletrônica do Museu e Arquivo Histórico La Salle**. Nº 2. Jul/dez de 2007, p. 99-126.

QUEIRÓS, César Augusto. **O Positivismo e a Questão Social na Primeira República**. Guarapari: Editora Ex-Libris, 2006.

QUEIRÓS, César Augusto. Páginas Operárias: imagens e representações. **História, Imagens e Narrativas**. Nº5. set/ 2007, p. 1-16.

RODRIGUES, Leôncio Martins. **Industrialização e Atitudes Operárias: estudo de um grupo de trabalhadores**. São Paulo: Brasiliense, 1970.

SILVA JR., Adhemar Lourenço da Silva Jr. Contribuição a uma história dos “de baixo” do sindicalismo. **Estudos Ibero-Americanos**. Porto Alegre: PUC-RS, jul/1995. V. XXI. n.º 1.

THOMPSON, E.. **A Formação da Classe Operária Inglesa**. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1987. vol. I.

THOMPSON, Edward P.. Lucha de clases sin clases?. In: **Tradición, Revuelta y Conciencia de Clase**. Barcelona: Editorial Crítica, 1979, p. 13-61.

TILLY, Charles. **Social Movements (1768-2004)**. London: Paradigm Publishers, 2004.

VARGAS, João Tristan. **O Trabalho na Ordem Liberal: o movimento operário e a construção do Estado na primeira república**. Campinas: UNICAMP, 2004.

VIANNA, Luiz Werneck. **Liberalismo e Sindicato no Brasil**. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

ABSTRACT: This article has the objective to argue some questions that involve the analysis of the syndical militancy and the laboring enrollment during the First Republic in Southern Brazil. It intends to approach referring questions to the heterogeneity of the working class and analyzing the reasons of the syndical and politic enrollment. Which the nature of the militancy and the laboring enrollment? It is intended, therefore, to contribute in the direction to more propitiate a bigger visibility to the invisible parcels of the working class

Key-Words: Strikes. Union Militancy. Worker Class. First Republic Gaucha.

César Augusto Bubolz Queirós
e-mail: cesardequeiros@uol.com.br

Artigo recebido em maio de 2008
Aprovado em setembro de 2008